

## OS FORAIS ANTIGOS DE MELGAÇO, TERRA DE FRONTEIRA

por António Matos Reis

Melgaço é de todos os municípios portugueses o que se situa mais a norte e mais profundamente penetra na Galiza. O seu primeiro foral conta-se também entre os mais antigos, podendo considerar-se o último dos que foram outorgados por D. Afonso Henriques ou, pelo menos, em seu nome.

Não são muito claras as circunstâncias históricas em que apareceu o foral de Melgaço. É, porém, evidente que existiu um processo negocial e os hiatos verificados no decorrer do mesmo serão até responsáveis por que a datação ficasse ambígua [1181-1185].

As negociações decorreriam sob as ordens de D. Sancho I, associado à governação nos últimos anos da vida de seu pai.

O povoador estaria já a preparar as acções militares que planeava para os primeiros anos nas margens do rio Minho, se não para a estender, pelo menos para consolidar a fronteira, e interessar-lhe-ia garantir o apoio do activo grupo de migrantes que, descendo pelas margens do rio Minho, avançara mais para ocidente que outros, nos caminhos que prolongavam a estrada que atravessava o norte da Península e veio a ser conhecida pelo nome de estrada de Santiago.

O modelo que os moradores propuseram ao monarca foi o de Ribadavia, povoação que se localizava nesse caminho. A carta de foro desta localidade foi outorgada em 1164 e reproduzia a que tinha sido concedida a Allariz e iria ainda ser comunicada a outros lugares.

A mais remota referência de todos estes forais é o de Sahagún.

Sahagún situa-se a uns 70 Km de León, num lugar onde existira uma antiga ermida dedicada aos santos mártires Facundo e Primitivo, destruída pelos invasores muçulmanos e reconstruída logo

após o início da reconquista. Junto dela, Afonso III encarregou um monge fugido de Córdoba de construir um mosteiro e um hospital para os peregrinos. Com este rei, Sahagún transformou-se no mais importante centro religioso de Leão, sendo através do seu mosteiro que as reformas litúrgicas de Cluny iniciaram a sua expansão no reino.

O monarca favoreceu o mosteiro com doações e protegeu a instalação de um aglomerado urbano onde «se ajuntaram de todas as partes do universo burgueses de muitos e variados ofícios, a saber, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, peliteiros, sapateiros, escudeiros e homens instruídos em muitas e diversas artes e ofícios, e outrossim pessoas de diversas e estranhas províncias e reinos, como gascões, bretões, alemães, ingleses, borgonhões, normandos, tolosanos, lombardos e muitos outros comerciantes de diversas e estranhas línguas»<sup>1</sup>.

O mais antigo foral de Sahagún foi outorgado em 1085 por Afonso VI, a rogo do abade Bernardo, para fomentar, ou, talvez antes, disciplinar essa instalação dos moradores à volta do mosteiro<sup>2</sup>. A carta é constituída por vinte e nove disposições, na sua maior parte sem qualquer ordem, que apenas existe em relação a alguns articulados, como sucede nos preceitos (4 a 8) relativos à ocupação do solo e nos (18 a 25) relativos ao homicídio e ofensas corporais. Algumas cláusulas eram bastante gravosas para os moradores, o que justificou, mais do que uma vez, o seu levantamento contra os monges. Por isso algumas alterações foram sendo introduzidas: em 1096 foi abolida a proibição de terem fornos em suas casas, embora se mantivesse a de não vender os géneros alimentares e a lenha no mercado sem que os monges manifestassem antes a sua vontade de os comprar ou não, assim como a de não vender o vinho enquanto os monges não tivessem vendido o seu<sup>3</sup>; em 1110, foram suprimidos os encargos do nuncio e da maneria ou maninhádego e regulamentada a ordem de suceder<sup>4</sup>.

Afonso VII, em 1152, para ultrapassar as divergências entre os burgueses e o abade, concedeu aos burgueses uma nova «carta de foros quam eidem abbati suisque monachis requirebant»<sup>5</sup>. Os preceitos deste novo foro<sup>6</sup>, embora em número estejam próximos dos

---

<sup>1</sup> *Anónimo I*. cap. III, ed. J. Poyol, BRAH 76 118. cit. por Ana Maria Barrero García, *Los Fueros de Sahagún*, em A.H.D.E. 43 (1972), p. 494.

<sup>2</sup> Tomás Muñoz y Romero, *Colección de Fueros Municipales y Cartas Pueblas*. Madrid 1847 (reed. facsim., 1972 e 1978), p. 301-306.

<sup>3</sup> Tomás Muñoz, l. c., p. 301.

<sup>4</sup> Tomás Muñoz, l. c., p. 307-308.

<sup>5</sup> Ana Maria Barrero García, l. c., p. 402.

<sup>6</sup> Tomás Muñoz, l. c., p. 309-312.

anteriores, só em parte recolhem, mantendo-os ou alterando-os, os da primeira carta.

Finalmente, para terminar com as discórdias entre o concelho e o mosteiro, Afonso X, em 1255, acordou com o abade D. Nicolás a outorga de uma nova carta destinada a «emendar los fueros que avien también del rey Don Alfonso abuelo del Emperador, cuemo los otros, que les diera después el emperador en uno con el abad, et com el convento, et de les dar fuero»<sup>7</sup>. O novo foral começa, de facto, por recolher parte das disposições de 1152, quase todas à letra, embora nalguns casos adopte princípios e disposições constantes do de 1085. De seguida, ocupa-se a descrever a constituição do concelho, os seus funcionários e respectivas obrigações, assim como a organização do mosteiro, com indicações precisas em relação aos seus excusados e apaniguados; aclara as relações entre o concelho e o mosteiro e delimita a esfera de acção de cada uma das instituições. Outras disposições referem-se às ordenanças municipais e, a terminar, regula-se a situação dos judeus dentro da vila. Como supletório, o Rei determina que se utilize o Fuero Real.

Mais do que a importância de que Sahagún desfrutou, como lugar religioso, no reino de Leão, terá sido a vitalidade experimentada pelo burgo que se desenvolveu nas proximidades do mosteiro e as deslocações ou até migrações de alguns dos seus habitantes para outras localidades que justificaram a adopção do foral de Sahagún por outras comunidades, desde Santander e Oviedo até Madrid, Porto e Melgaço. Os forais mais antigos seguem o de 1085, enquanto que os que foram outorgados depois de 1152 tomam o desta data como modelo.

Devem ter sido os burgueses de Allariz que manifestaram a Afonso VII a sua preferência pelo modelo sahguntino, tal como os moradores de Ribadavia se interessarão pelo de Allariz e os de Melgaço pelo de Ribadavia. Convém não esquecer que Ribadavia e Melgaço se situam nas margens do rio Minho, a uma distância relativamente próxima, e estavam ligadas por um caminho que, estabelecidas as proporções, era mais frequentado nessa época do que nos tempos actuais. Ainda no tempo de D. Pedro I, em 1361, Melgaço é referida, numa carta régia, como uma das principais entradas de mercadorias vindas da Galiza no reino de Portugal<sup>8</sup>.

Sendo Melgaço uma povoação fronteiriça, foram sempre múltiplos os seus contactos com a Galiza, o que se traduziu em muitos aspectos da história local: Santa Maria da Porta, actual orago de

---

<sup>7</sup> Tomás Muñoz, l. c., p. 313-320.

<sup>8</sup> A. H. de Oliveira Marques e outros, *Chancelarias Portuguesas / D. Pedro I*. Lisboa, 1984, p. 243-254.

Melgaço, evoca as grandes festas de Santa Maria do Portal, de Ribadavia, e São Facundo ou Fagundo, o santo que deu o nome a Sahagún, era o padroeiro de uma das igrejas medievais da nossa vila raiana<sup>9</sup>. É natural que entre os povoadores de Melgaço se contassem agricultores e comerciantes provenientes de Ribadavia.

Entre os destinatários do foral outorgado a Melgaço, em Agosto de 1185, designados simplesmente como moradores ou vizinhos, distinguem-se os mercadores. Nada se pormenoriza sobre o estatuto social, mas supõe-se que é uniforme, fundamentalmente o mesmo dos «burgueses» ou habitantes das povoações noutros documentos designadas como «burgos».

Propõe-se-lhes, como objectivos, que edifiquem e habitem na herdade que o Rei possui no lugar de Melgaço, doando-lhes também a metade régia de Chaviães, na terra de Valadares.

Aparentemente, o foral nada tem a ver com o de Ribadavia, pois as matérias foram objecto de uma exposição e de uma redacção totalmente diferente, mas os mesmo não se dirá em relação aos conteúdos que são, em grande parte, semelhantes, como se pode verificar no mapa comparativo que anexamos a este estudo.

Fixa-se um imposto geral único, de 1 soldo, ou 12 dinheiros, a pagar por cada casa, como nos forais dos outros burgos portugueses e no de Ribadavia, a que se ajunta a taxa de dois soldos a pagar pelos carniceros, que também se paga em Ribadavia. Os vizinhos de Melgaço são ainda obrigados a pagar 6 soldos, de colecta, uma vez por ano, no máximo, quando o rei se deslocar à sua vila, tributo que não sobrecarrega os burgueses de Ribadavia.

A tabela das portagens apresenta, naturalmente, várias coincidências e variantes. Com oscilações, nuns casos para mais e noutros para menos, e com variantes, a tabela das sisas e portagens aplicava-se aos mercadores vindos de fora, aos quais apenas era permitido vender a retalho no dia da feira - a segunda a que os documentos portugueses fazem referência. Refere-se expressamente que os moradores nada pagarão do pão e do vinho que colherem, dos panos e dos animais que venderem ou comprarem, assim como dos moinhos, fornos e almuinhas. Estas cláusulas, nos forais de Ribadavia e de Melgaço, explicam-se com a preocupação de corrigir disposições mais gravosas que se mantinham nos forais derivados de Sahagún, se bem que, em certos aspectos correspondem a outras que já encontramos nos forais de Guimarães e do Porto (isenção de taxas sobre as compras de reduzido valor, e especificamente sobre o pão), e por outro lado lembram-nos que, tendo Melgaço um foral idêntico ao de «burgos» mais ricos, se previa também a expressão do sector agrário, como aliás já acontecia no foral do Porto.

---

<sup>9</sup> P.º M. A. Bernardo Pintor, *Melgaço Medieval*, Braga, 1975, pp. 19 e 25, e ss.

## PORTAGENS

ARTIGO	TAXA EM MELGAÇO	TAXA EM RIBADÁVIA
mula	6 soldos	12 soldos
cavalo	2 soldos	»
égua	12 dinheiros	-
asno	6 dinheiros	3 dinheiros + 3 para o hospedeiro
carga de cavalo ou mulo	1 soldo	1 soldo por trouxel
carga de égua	6 dinheiros	»
carga de asno	4 »	»
carga de peão	2 »	»
atail	-	25 soldos
escravo (mouro ou ignaro)	-	1 soldo (+ 1 para o hospedeiro)
boi	4 dinheiros	2 dinheiros
vaca	2 »	2 dinheiros
porco	-	1 dinheiro
cordeiro	-	1 dinheiro
manto de 1 cor	4 »	-
manto de coelho	4 »	-
capa galega	2 »	-
saia de 1 cor	2 »	-
manto «viado»	2 »	-
4 côvados de «viado»	-	2 dinheiros
coberta de 1 cor	-	3 dinheiros
1 cabo de fustam	-	2 dinheiros
12 côvados de cárdeo	-	2 dinheiros
saia «viada»	2 »	-
couro de boi	-	1 dinheiro
pele de cordeiro	2 »	2 dinheiros
lã de cordeiro	-	2 dinheiros
pele de cabrito	1 »	1 óbulo
pele de coelho	-	3 dinheiros
colmeias	-	1 dinheiro
besta c. de pão e vinho	-	1 dinheiro
pão e vinho que os	isento	isento
moradores trabalharem		
panos que os	isentos	-
moradores comprarem		
animais que os	isentos	-
moradores venderem ou comprarem		

## TRIBUTOS

ARTIGO	EM MELGAÇO	EM RIBADÁVIA
Pela casa	1 soldo	12 dinheiros (= 1 soldo)
Carniceiro	2 soldos	2 soldos
Colecta (se o Rei visitar a vila)	6 soldos	-
Vizinho que vier morar	6 d. <sup>os</sup> ao juiz e 6 d. <sup>os</sup> ao senhor	como o morador
moinhos, fomos e almuinhas (Ribadavia: chousos e outras herdades)	isentos	isentos
cegos e jovens	-	isentos

## DELITOS E COIMAS

COIMAS		DELITOS
Melgaço	Ribadavia	
-	1000 soldos e amputação do braço	sedição ou violação das trêguas
500 soldos	40 soldos + danos	violação do domicílio (arrombamento)
100 »	100 »	homicídio (ver normas processuais)
100 »	-	homicídio ou agressão do «vicarius regis»
100 »	-	rouso
60 »	-	puxar de arma (ferrum molitum) contra alguém
	20 »	puxar de arma (ferro) contra alguém
30 »		vender trouxel a retalho fora do mercado
	20 »	falsas declarações em tribunal
15 »	15 »	agressão, da barba para cima
7 »	7 »	agressão, da barba para baixo
5 »	5 »	adulteração das medidas (côvado e medidas de vinho, pão e sal)
5 »	5 »	falta de solidariedade (não ajudar vizinho contra quem, por inimizade, vier de fora contra ele)
5 »	-	por cada dia em que se recuse a comparecer ante o concelho, quando tiver cometido injúrias calúnias)
nada	-	se depois se emendar
nada	-	bater, mesmo até à morte, em quem proferir ofensas graves
o que o juiz determinar	-	arrastar outrem pelos cabelos, no concelho na vila ou na igreja, se não quiser responder

Tanto a carta de foro de Melgaço como a de Ribadavia são complexas e divergentes em relação a determinados procedimentos jurídicos e à aplicação de penas. Várias disposições são semelhantes, mas no foral de Ribadavia há um número superior de práticas mais rudes e bárbaras.

Assim, no foral de Melgaço apenas se admite que se possa bater até à morte num estranho, isto é não morador na área do município, que entre no termo deste a perseguir um vizinho, com o intuito de fazer justiça directa, sem a pedir ao concelho e, por conseguinte, desprezando-o; neste caso, até os outros vizinhos que se recusarem a ajudar o perseguido pagarão uma coima pesada (cinco soldos) e considerar-se-ão «*contradicti concilio*» (adversários do concelho). Se em Melgaço, em caso de injúrias, é sempre ao concelho que compete «*ei dare directum*» (fazer justiça), em Ribadavia, basta alvejar um vizinho com palavras ultrajantes (como traidor, «cegulo», cervo...) para que se possam juntar cem ou mil a bater-lhe até lhe tirar a vida, sem qualquer penalidade.

De resto são semelhantes as normas sobre a fiança e a penhora, que garantem que os incriminados não são condenados antes do julgamento, e sobre o simples juramento como meio de livrar de suspeitas, especialmente no caso de homicídio.

As multas a aplicar às várias infracções, vão desde os 1000 soldos para a sedição ou violação de tréguas, em Ribadavia, ou 500 soldos para a violação do domicílio, em Melgaço, à mais leve, a de cinco soldos aplicada à adulteração de medidas e à falta de solidariedade.

Pelo que respeita à organização do município, o foral de Melgaço apresenta algumas diferenças em relação ao de Ribadavia. Enquanto a povoação minhota é designada como *vila* e os seus habitantes como *vizinhos* (vicini) e moradores (moratores), a segunda denomina-se ora como *burgo* ora como *vila* e os seus habitantes como *burgueses* (burgenses) ou vizinhos. A mais alta autoridade de que a povoação depende é, em Melgaço, o *rei* (só uma vez referido genericamente como *domino terre*, i.e., *senhor da terra*), e, em Ribadavia, o *senhor* da vila (*domino vile*).

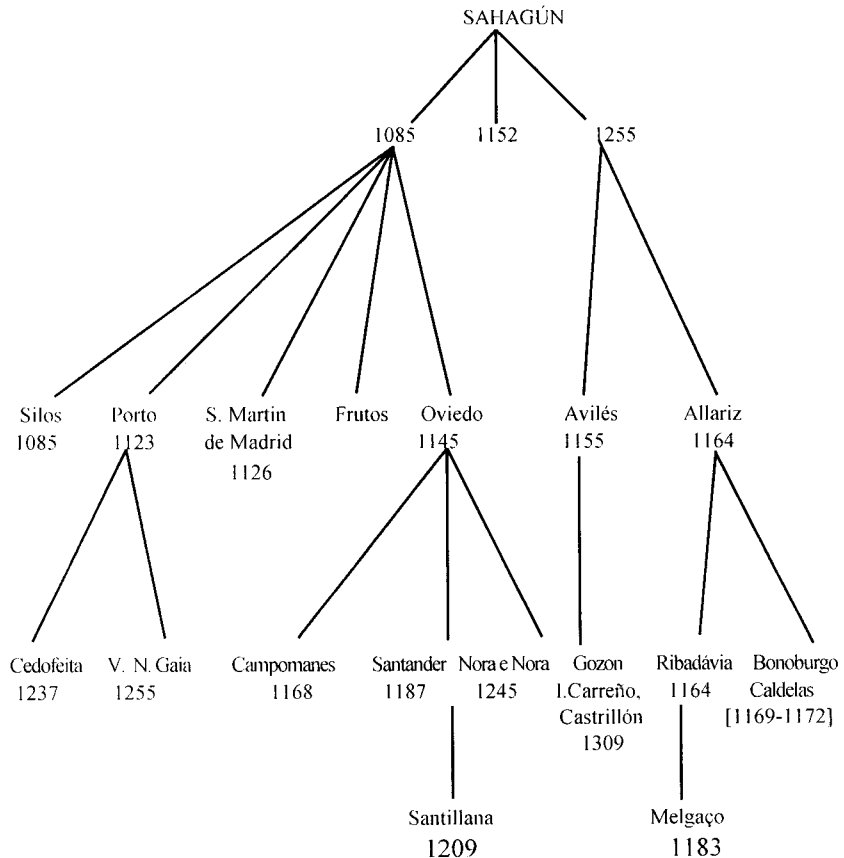
Os poderes dividem-se entre os representantes da autoridade central, exterior ao concelho, e as autoridades concelhias.

O principal órgão da autoridade local, tanto em Melgaço como em Ribadavia, é o *concelho*, constituído por um restrito número de homens, eleitos entre a população local. Quando se trata da aplicação da justiça, em Melgaço, fala-se dos *juizes*, expressão que designará o conjunto ou uma parte dos membros do concelho.

A única autoridade que representa um poder exterior é, em Melgaço, o «*vicarius regis*» (*vigário do rei*), expressão que não se encontra nos outros forais influenciados pelo de Sahagún mas deriva,

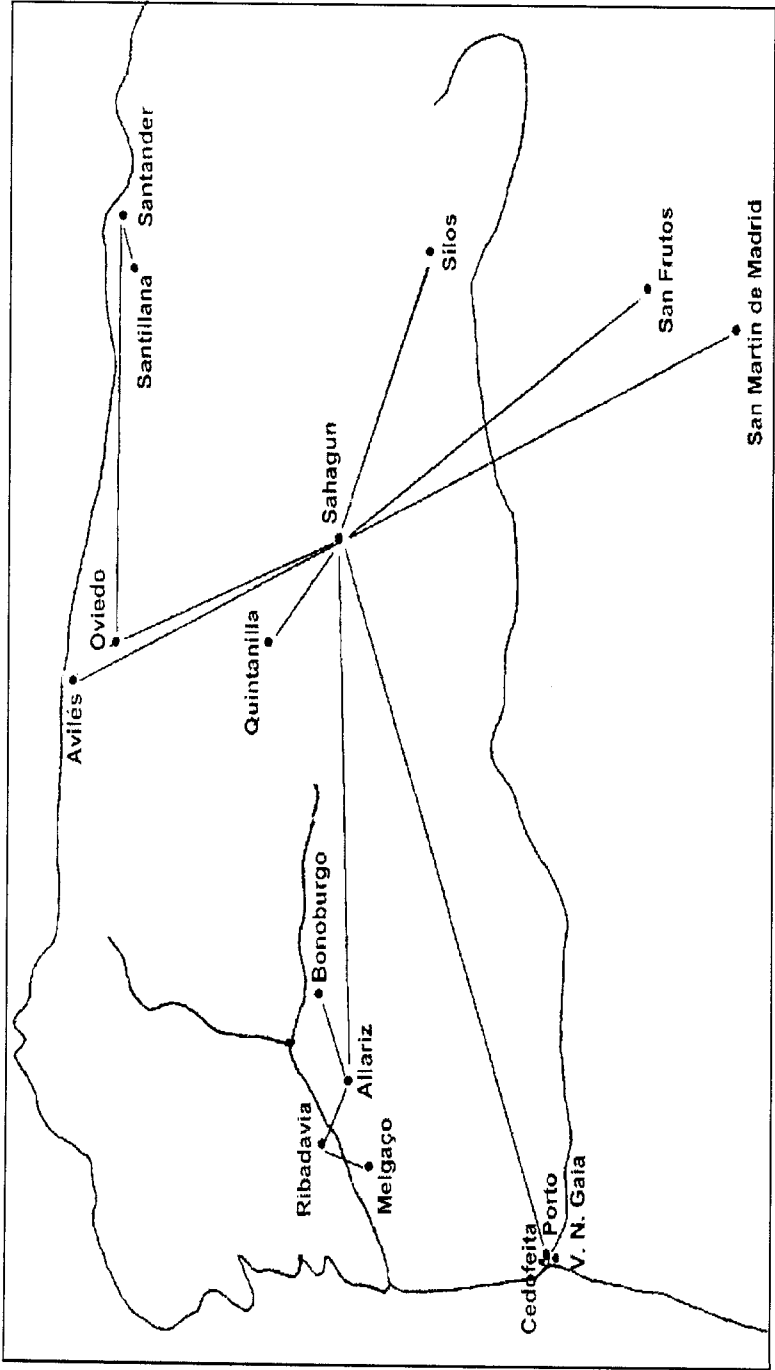
com certeza, dos forais de Leão; intervém apenas na aplicação da justiça nos crimes mais graves (homicídio e rouso) ou quando o réu do crime de injúria grave, mais rigorosamente, de calúnia, se mostra renitente em cumprir as decisões da justiça. Em Ribadavía, a autoridade régia é representada pelos *meirinhos* e *saiões* (designados ora no singular, ora no plural), que parece terem uma intervenção maior na vida local, embora lhes seja interdito interferir nos assuntos que se podem resolver *per forum vile*.

Assim, como em Melgaço o representante do rei deve ser *morador da vila* (morator ville), também em Ribadavía, os meirinhos devem ser *vizinhos da vila* (vicini de villa), nada se dizendo, sob este aspecto, a respeito do *saião*.



**Mapa genealógico dos forais derivados do de Sahagún**





Expansão territorial do foral de Sahagún

O primeiro foral de Melgaço esteve em vigor até à outorga de nova carta, em 29 de Abril de 1258. As razões que terão motivado a concessão de um novo foral a Melgaço devem encontrar-se através do estudo da política seguida por D. Afonso III.

O caos político que submergiu o reino no tempo de D. Sancho II deu lugar à intervenção directa da Santa Sé, tendo o sumo pontífice Inocêncio IV, após o encerramento do concílio de Leão (1245), expedido uma bula a ordenar aos portugueses a obediência ao infante, que, nos começos do ano seguinte, entrava em Lisboa, intitulando-se *visitador, curador e defensor* do reino. No termo de uma luta encarniçada, D. Sancho II, derrotado, retirou-se para Toledo, onde viria a falecer nos primeiros dias de 1248. D. Afonso III foi então aclamado rei, ocupando-se, nos anos seguintes, na conquista definitiva do Algarve, que constitui uma das principais fases do seu programa de estabelecimento definitivo das fronteiras de Portugal, assim como na reorganização administrativa do reino. Neste contexto se enquadram as *inquirições* realizadas em 1258, bem como a outorga de numerosos forais e cartas de foro, a publicação de legislação adequada e a convocação de cortes gerais, tendo os municípios participado pela primeira vez nas de Leiria, em 1254.

Desde 1252 (e, já antes de assumir a coroa, desde 1250), D. Afonso III está em guerra com o rei de Castela D. Afonso X, por causa do domínio do Algarve. A evolução desta guerra, que, segundo observam os historiadores, se mantém bastante obscura, conhece alguns momentos de trégua, mas não se conclui definitivamente, mesmo depois dos, aliás ilegítimos, desposórios, realizados em Chaves, em 1253, entre D. Afonso III e a infanta D. Beatriz, filha, também ilegítima, do rei castelhano. Só em 1263 se iniciam as tréguas definitivas, culminando no tratado de paz assinado em Badajoz, em 1267.

Neste período são outorgados vários forais do Alto Minho: os de Melgaço e Viana, datados de 1258, assim como, pela mesma data, e mesmo antes, a segunda versão do foral de Valença e a primeira versão do foral de Monção. A outorga desses forais no noroeste português têm por cenário de fundo esta guerra de fronteiras entre Portugal e a Espanha. Tal ambiente explica que o monarca tomasse por modelo os forais da região da Guarda, nascidos da necessidade de basear na criação de municípios a organização do território da Beira Alta e a sua defesa contra as tentativas de integração no reino vizinho, criando nos moradores um entranhado sentido de autonomia e incitando-os à defesa dos seus próprios interesses, identificando-os com os interesses do reino português. Um dos aspectos característicos dos forais das áreas de fronteira, em comparação com outras, é a leveza da carga fiscal imposta aos moradores, medida que

tem por objectivo promover a fixação de pessoas: não se estabelece qualquer imposto individual, mas apenas um censo anual a pagar ao cofre régio, o que implica o direito de o concelho guardar para si as receitas provenientes das coimas e portagens e quaisquer outras rendas, que anteriormente pertencessem ao rei. O município, para aumentar as receitas próprias, via-se assim estimulado a fomentar o desenvolvimento económico e a diligenciar por uma boa administração da justiça, uma vez que as coimas aplicadas aos moradores revertiam para o cofre do concelho. O facto de os hospedeiros fruírem uma boa percentagem das portagens cobradas aos mercadores vindos de fora e instalados nas suas casas estimulava-os a serem cuidadosos na cobrança. Por outro lado, a redução das coimas mais graves (um sétimo, no caso de homicídio), o asilo concedido a todos os que andassem foragidos depois de cometer algum crime, a realização do medianido dentro do termo municipal, o alívio de certas obrigações, como a de dar pousada, a concessão aos cavaleiros e aos peões de um estatuto jurídico correspondente ao do grupo social imediatamente superior a eles no resto do país, consideram-se medidas encaminhadas para incrementar a afluência de moradores e, por conseguinte, defensores do território. Este é amplo, abrangendo a sede do município, normalmente a vila, com a sua área própria, e um mais ou menos extenso termo municipal. Essa vastidão do alfoz municipal originou a existência de um grupo de magistrados, os *alcaldes*, que colaboravam com o *juiz* (assim se designava então o magistrado que presidia ao conselho dos *alcaldes*, e, em conjunto com estes, ao governo do município), na promoção dos interesses da comunidade<sup>10</sup>.

Em síntese, podemos afirmar que as cartas de foral outorgadas a estes municípios, concedendo-lhes autonomia na condução dos próprios destinos e estabelecendo normas fiscais, judiciais e penais específicas, proporcionavam a criação de centros dinamizadores da actividade económica, e, ao estender a sua jurisdição a um amplo território, por cuja administração se tornavam os únicos responsáveis directos, responsabilizavam-nos pela sua defesa, tanto mais importante, quanto se encontravam em áreas de fronteira ou muito próximos.

---

<sup>10</sup> Para o estudo da evolução do grupo de forais em que se integra o segundo foral de Melgaço, assim como para o conhecimento da organização administrativa, social e judicial dos municípios correspondentes, pode ler-se a obra publicada pelo autor deste trabalho: António Matos Reis, *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa, 1991, especialmente o capítulo IX, intitulado *Forais do Grupo de Numão*, p. 160-177. Podem ler-se igualmente os estudos monográficos que o autor já dedicou aos forais de Viana e de Valença.

A relação, no caso concreto, do foral de Melgaço, assim como dos que então foram outorgados nas margens do rio Minho, com as preocupações de defender a fronteira é testemunhada pelas diligências com a fortificação das respectivas sedes, que foi o primeiro grande encargo que estes municípios tiveram de assumir. As muralhas de Melgaço, pelo menos em parte, estavam concluídas em 1263, como garante uma inscrição da época, lavrada junto a uma porta abertas nesses muros:

IN TEMPORE DOMINI REGIS ALFONSI  
PORTUGALIE MAGISTER FERNANDUS CON  
POSUIT MURUM ISTUM ERA M C C C I  
MARTINUS GONÇALVIS CASTELLARIUS  
DOMINI REGIS CIRCUNDAVIT HANC VILLAM  
IN HAC PARTE

*(No tempo de D. Afonso Rei de Portugal, o mestre Fernando construiu este muro na era de 1301 [isto é, no ano de 1263]. Martinho Gonçalves, casteleiro do Senhor Rei, cercou a vila por esta parte).*

O paradigma remoto do novo foral de Melgaço é o que foi outorgado a Numão em 7 de Julho de 1130. A influência desta carta estender-se-á praticamente a toda a área correspondente ao actual distrito da Guarda, exceptuando Seia, talvez mesmo sem excluir a região entre o Coa e o Águeda, e ainda ao sul do distrito de Bragança, assim como posteriormente ao Alto Minho e a Aguiar de Pena.

Em 1217 inicia-se a expansão deste foral no Alto Minho, seguindo directamente o foral da Guarda, com a outorga do foral de Contrasta, cujo nome seria mudado oficialmente para Valença na confirmação de D. Afonso III. Com as adendas introduzidas nesta confirmação, será depois concedido, em alguns casos com pequenas alterações, à maioria dos concelhos do Alto Minho, ao de Prado (actualmente integrado no de Vila Verde) e ao de Póvoa de Lanhoso.

Alguns problemas com a datação e as consequentes interligações entre estes forais são facilmente resolvidos. O foral de Melgaço, datado de 29 de Abril de 1258, declara seguir o de Monção, que tem a data de 12 de Março de 1261, e este, por sua vez, embora diga imitar o de Valença, incluiu as adendas constantes da confirmação deste em 11 de Agosto de 1262! O de Viana, em ambas as versões, uma de 18 de Junho de 1258 e outra de 1262, adopta o modelo de Valença, a cuja versão conhecida, como se acaba de ver, qualquer uma é anterior.

Naturalmente é à primeira versão do foral de Viana que se reporta o de Prado, de 14 de Fevereiro de 1260, que, por seu lado, irá servir de modelo ao de Póvoa de Lanhoso, de 25 de Setembro de 1292.

O caso de Viana e Prado fornece aliás a explicação para os aparentes anacronismos, que acabamos de registar<sup>11</sup>. É que a adopção de um modelo de carta de foro proveniente de uma região diferente exigiu alguns ajustamentos, designadamente de âmbito territorial, que justificam a existência de versões sucessivas do mesmo foral, na maior parte dos casos hoje desaparecidas, e estas versões intermédias serviram de modelo a outras que, por tal razão, nos aparecem com datas anteriores às versões definitivas das cartas que lhes serviram de referência.

O novo foral<sup>12</sup> não agradou à gente de Melgaço. O diploma introduzia modificações a que os moradores teriam dificuldade em se adaptarem. O maior problema esteve certamente no censo anual a pagar ao monarca.

Com efeito, o tributo a pagar ao rei tinha sido fixado no tempo de D. Sancho II em 1000 soldos leoneses, a pagar em três prestações, ao longo do ano. No novo foral estipulava-se um tributo anual de 350 morabitinos velhos, também em três prestações fixas nas datas acostumadas. Este valor foi fixado na previsão do pagamento de um morabitino por morador, o que fazia com que se elevasse para 350 o número de moradores na vila. Essa mudança do panorama demográfico obrigaria a uma redistribuição das terras reguengas que o rei tinha doado ao concelho, a qual, para além de outras perturbações no que dizia respeito às benfeitorias introduzias pelos seus exploradores, forçosamente diminuiria as parcelas, perspectiva suficiente para provocar uma onda de descontentamento.

O rei acolheu com compreensão as reclamações dos habitantes de Melgaço, que desejava continuar a ter por aliados e sentinelas da fronteira. E assim repôs o estado anterior das coisas outorgando, com pequenos ajustamentos, em 9 de Fevereiro de 1261, uma carta de confirmação do foral concedido por D. Afonso Henriques<sup>13</sup>.

Quanto acabamos de dizer ajuda-nos a ver a forma humana como os nossos primeiros monarcas dialogavam com as populações, exercendo um poder moderador, ainda muito afastado dos figurinos absolutistas das eras moderna e contemporânea.

Para a defesa da fronteira, para a manutenção da ordem, para o povoamento e desenvolvimento do país, o rei sabia que era preciso o concurso de todos e, por isso, uma das suas primeiras preocupações era a de compatibilizar e congraçar os mais diversos interesses e de criar estímulos que promovessem a consecução dos objectivos comuns.

---

<sup>11</sup> O caso de Viana foi analisado especificamente pelo autor no estudo *Foral de Viana - as negociações de D. Afonso III com o Bispo de Tui e com outros interessados no território do novo município*, publicado em «Estudos Regionais» 17 (1996), p. 5-30, e em separata. Viana do Castelo, 1997.

<sup>12</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, livro I, fls. 27 v.º-28 v.º.

<sup>13</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, livro I, fls. 50-51 v.º.

## TRANSCRIÇÃO DOCUMENTAL

1

[1185].07.21. \_\_

**- D. Afonso Henriques outorga foral a Melgaço**

B<sup>1</sup> - A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso II (Forais Antigos, maço 12, n.º 3)*, fl. 22 v.º (Confirmação por D. Afonso II);

B<sup>2</sup> - A.N.T.T., *Forais Antigos de Santa Cruz*, fl. 2 v.º;

C<sup>1</sup> - A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, fl. 50 (Reconfirmação por D. Afonso III);

C<sup>2</sup> - A.N.T.T., *Bens dos Próprios de El-Rei*, Livro III, fl. 20 v.º;

C<sup>3</sup> - A.N.T.T., *Forais Velhos de Leitura Nova*, fl. 67;

Publicado em

*Portugaliae Monumenta Histórica. Leges et Consuetudines*, Lisboa, 1856, p. 422-424;

*Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Vol. I, Lisboa, 1962, n.º 353, p. 475.

Omite-se a citação de outras publicações, porque reproduzem estas ou se baseiam em critérios que não oferecem garantia crítica.

Na transcrição que se segue, colocam-se na segunda coluna os artigos correspondentes do foral de Ribadavia, outorgado em 14 de Fevereiro de 1164, de modo a facilitar a análise comparativa. Utilizamos o texto de Leopoldo Meruéndano Arias, *El Fuero Municipal de Ribadavia, Breve Examen de sus Disposiciones y Contenido*, Orense, 1909, p. 41-49.

**Foral de Melgaço**

[01] In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti, amen.

[02] Ego Alfonsus rex Portugalensis una cum filio meo rege Sancio et filiabus meis regina Tarasia et regina Urraca.

**Foral de Ribadavia**

[01] In nomine Domini nostri Iesu Christi. Plerumque sentimus oblivionis incommoda dum rerum gestarum memoriam per scripturam seriem negliguntur alligare.

[02] Quapropter ego Rex Ferdinandus et uxor mea

- [03] Vobis habitatoribus de Melgacio [03] vobis hominibus burgensis de Ripa Avie tam presentibus quam futuris et filiis generationi vestre
- [04] facio cartam et scriptum de hereditate mea quam habeo in terra Valadarensi<sup>14</sup> in loco predicto Melgacio. [04] facio cartam donationis et textum firmitatis, et dono vobis foros quibus semper vivatis.
- [05] Do vobis illam et concedo cum suis terminis et locis antiquis, et medietatem integram de Chavianes per ubi illam potueritis invenire vel vendicare. [04]
- [06] Mando enim illam vobis et concedo tali pacto ut eam hedificetis atque in illa habitetis per illud forum quod a me quesistis scilicet de burgo de Ripa Avie quod vidistis esse bonum. Hoc mihi recte adtendite et ego vobis iuste adtendam. [44] Homines de isto burgo omnia judicia sua et recta per inquisitionem bonorum hominum fecerint, faciant per forum Sancti Facundi. Cetera vero judicia quae hic non sunt scripta stent per forum Sancti Facundi.
- [06] [05] In primis hominis de Ripa Avie non habeant ullum dominum in villa nisi Dominum Regem Fernandum aut quem ipsam villam de manu sua tenuerit.
- [07] Hec est noticia illius fori de Ripa Avie: ut unusquisque vestrum pro vestris domibus semel in anno mihi vel cui mandavero unum solidum detis. [09] Et homines de isto burgo dent in unoquoque anno VI denarios de unaquaque domo in festivitate Sanctae Mariae Augusti et alios VI denarios in Nativitate Domini per censum de domibus suis.
- [08] Similiter et carnifices II solidos, mediam partem post triduum Natalis Domini et mediam partem III.<sup>o</sup> die post festum Assumptionis Sancte Marie. [27] Carnifices vero in unoquoque anno dent domino de Ripa Avie duos solidos unum in Pascha et alterum in festivitate beatae Mariae si dominus de isto burgo dederit eia plateam ubi ponant bancum suum.
- [09] Quando autem rex vester villam vestram intraverit semel in anno et non amplius illi VI denarios pro sua collecta afferatis. Et si vero plus in ipso anno rex venerit de vestro adiutorium ei date quantum volueritis. [27]

<sup>14</sup> *Valadarensi*: Assim aparece em B<sup>2</sup>: preferimos essa leitura, em vez de *Valaradarensi*, manifesto erro do escriba de B<sup>1</sup>.

- [09] [43] Ceci nec juvenes solitarii non dent soldada nichil.
- [10] De pane et vino quod laboraveritis vel emeritis [10] Et homines de isto burgo vendant panem suum et vinum per mensuram rectam quando voluerint.
- [11] atque de tota traparia [10]
- [12] aut de brutis animalibus que venderitis vel emeritis de quolibet mercado inter vosmetipsos [10]
- [13] et de vestris molendinis ac fornacibus et de vestra almunia nulli respondeatis nisi soli Deo. [26] Et super haec omnia absolvo molendinos et fornos et xousas et omnes hereditates quas vos aut generatio ves-tra hodie habetis aut habere poteritis.
- [14] De extraneis mercatoribus qui bestias honeratas de quolibet mercado adduxerint, pro equo vel pro mulo unum solidum. De equa VI denarios, de asino IIII denarios et de pedite II denarios regi vestro prebeatis.
- [15] Si quis mercator cum traparia venerit totum truxel si voluerit vendat et non retalum nisi in propria feria. Et si inde aliud fecerit inter iudices vestre ville et meum vicarium XXX.<sup>a</sup> solidos reddat. [33] Si aliquis mercator in villa de Ripa Avie venerit et de unoquoque troselio si displicaverit et inde aliquid venderit det in portaticum unum solidum, et si non displicaverit nihil. Si atail vendiderit pectet viginti solidos, mediam partem domino ville et mediam partem ad concilium de Ripa Avie, et ad dominum domus quinque solidos det.
- ¶[16] De falso cubito et de tota medida panis et vini et salis pro falsitate V solidos reddat. [28] Factores panum et vinum aut venditores non pectent aliquid per venditione sed si mensuras fraudaverint statutas a concilio pectent quinque solidos de isto burgo.
- [17] Si quis venditor venerit qui caballum vel mulam voluerit vendere comparatores pro equo I solidum hospiti et alterum regi, pro mula III solidos [29] Si aliquis extraneus vendiderit bovem aut bacam det in portatico duos denarios, de porco unus denarius, de ariete unus denarius.



hospiti et III solidos regi, pro equa VI denarios hospiti et VI denarios regi, pro asino III denarios hospiti et III denarios regi prebeant.

[17]

[30] Item si aliquis extraneus vendiderit equum aut mulam det XII denarios in portatico.

Si in domo vendiderit hospes habeat duodecim denarios et sex denarios ad ospitem suum si in domo vendiderit.

[17]

[31] De asino aut de asina tres denarios, hospiti similiter tres denarios.

De coro boum unus denarios.

De pelle caprina unum obulum.

[32] Item si aliquis extraneus vendiderit inarum aut mauram det in portatico unum solidum, si in domo hospes habeat duos solidos.

[18] Moratores ville quicquid venderint aut comparaverint nulli respondeant cum feria et sine feria nisi<sup>15</sup> reddant pro manto unius coloris III.or denarios, pro saia unius coloris II denarios, pro manto coelio III.or denarios, pro manto viado II denarios, pro saia viada I denarium.

Et pro capa galega II denarios, pro pelle cordeira II denarios, pro pelle cabritina I denarium, pro bove III.or denarios, pro vaca II denarios.

[18]

[34] Qui unum qoselum comparaverit, et de pellicaa coellia dey in portatico tres denarios, et de pena cordeira dos denarios, de pellica cordeira dos denarios.

[35] De quatuor cubitis de viado dos denarios, de coperta unius coloris tres denarios, de uno cabo de fustam duos denarios.

De duodecim cubitis de cardeo dos denarios.

De bestia gardada de pane aut de vino unum denarium.

Coloneariis unum denarium.

<sup>15</sup> É preferível a leitura *nisi*, que aparece em B<sup>2</sup>, em vez de *nichil*, como por erro do escriba, aparece em B<sup>1</sup>.

- [19] Mercatores extranei et non moratores [35]  
ville hoc totum afferant.
- [20] Si quis inter vos aliquem occiderit [17] Homicida manifestus pectet centum  
vicinus cum vicino tunc veniat iusticia solidos domino de isto burgo.  
ville cum vicario regis ad portam  
homicide et pignus ab eo querant, dato  
pignore tunc ab eo fiadorem in V.<sup>e</sup>  
solidos petant. Dato fiadore usque in  
VIII dies reddant ei pignus suum.  
Post vero VIII.<sup>o</sup> dies veniant illi  
supradicti pro homicidio C solidos ab  
eo petant.
- [21] Si enim eum in villa non invenerint, [17]  
fiador illius tunc V solidos pariat, et  
tunc homicidium sit super domum  
suam et super hereditatem, nichil aliud  
ei malifaciant nisi sui inimici.
- [22] Si quis tamen aliquem furtim occiderit [24] Et per illo qui in sedicione mortuus  
et mortuum ante portam sui vicini fuerit proximiores parentes unum  
posuerit et omnes eum calumpnia- illorum qui eum percusserit per  
verint tunc ad ecclesiam pergat, per rectasquisitiones pro homicida  
iuramentum salvet seipsum et sanus eligant si vero interfectores per  
permaneat. exquisionem non invenerint  
quemque suspectum habuerint per  
semetipsum solum se juramento  
salve, et non sit ibi tornare.
- [22] [18] Traditor probatus et fur cognitus sint  
in iudicio majorini et concillii, et  
omnia illorum sint domini de Ripa  
Avie si de rebus latronis prius  
restituantur furta quae fecerat  
domino cui furatus fuerat.
- [22] [42] Si aliquis miles aut rusticus in villa de  
Ripa Avie intraverit reddet debita sua  
debitoribus suis aut pignora et si non  
dederit si super equum fuerit ligantur  
pedes et fumum apponatur naribus  
ejus.
- [23] Si quis de foris venerit qui inimiciam [38] Si aliquis homo male se habuerit  
cum morante in villa habuerit et non contra homines de isto burgo et in  
antea a suo inimico fianciam quesierit villa voluerit ingressare [palavra  
et despicit concilium ville, tunc mora- ininteligivel] si vim aut aliquid

- tor ville cum amicis suis contra illum exeat. Et si eum usque ad mortem percusserit vel eum occiderit pro homicidio regi non respondeant. Si autem eum noluerint adiuuare quos vocaverit V solidos pariant et sint contradicti concilio.
- [23]
- [24] Vicarius regis debet esse morator ville. Si forte illum aliquis percusserit vel occiderit C solidos pro illo sicut pro alio homine pariat.
- [25] Si quis rausum comiserit et concilium ville vicario regis conquestum fuerit C solidos pariat.
- [25]
- [26] Si quis vicinus vicinum suum de barba superius percusserit XV solidos pariat. De barba inferius VII solidos et medium.
- [27] Si aliquis cum aliquo in villa in concilio in ecclesia per capillos se traxerint et male se tractaverint nulli respondeant nisi semetipsis si voluerint se emendare.
- [28] Si unus alteri noluerit respondere et vocem suam vicario dederit, qualiter iudices ville iudicaverint ita com-
- malum ibi incipit facere omnes vicini sui succurrant vicino suo cum ense et asta. Et si ibi adversarius mortuus fuerit nichil inde pectet. Et qui vicinus suus non adiuuaverit sit alevosus per forum Sancti Facundi.
- [37] De quacumque calumpnia aliquis culpabilis fuerit inventus si calumpniam non dederit majorino aut sagioni non demandet eam, et si data fuerit calumpnia majorino aut sagioni det fiadores in quinque solidos per exquisicionem bonorum hominum.
- [08] Maiorini de isto burgo sint duo vicini de villa et vasali illius qui illam tenuerit et habeant domos in isto burgo et intrent per manus domini istius concilii.
- [39] Nec aliquid dominus de isto burgo habeat roiso, nec mannariam, nec fosadariam per forum Sancti Facundi in illa villa.
- [40] Si aliquis vicinum suum per superbiam percuserit, si vicinus poterit eum percutere per se aut per alios, semel aut multociens nichil inde pectet sed primus quodcumque egerit pectet.
- [36] Si aliquis vicinus vicinum suum percusserit a barba usque ad pedes septem solidos et dimidium pectet percuso. Et si in capite percuserit et inde sanguis exierit pectet XV solidos.
- [16] Maiorinus aut sagio non querat alivores alicui nec percusiones nisi vox ei data fuerit excepta morte aut percusione mortis quae per se potest querere per forum ville.
- [16]

pleant, scilicet media pars percusso  
detur et media vicario.

- [28]
- [29] Si quis alicui iniuriam fecerit per concilium oportet ei dare directum. Si postea noluerit ad portam illius cum duobus testibus vadat et pignus ab eo querat; si dederit pignus illo die quiescat. Deinde cotidie querat pignus et quando dederit quiescat. Quando autem expoliatus fuerit quod nichil habeat, portas illius accipiant deinde tegulas donec fiadorem reddat aut pecuniam pro qua fuerit pignoratus.
- [30] Et si noluerit respondere, primo die V solidos vicario regis prebeat et in II.<sup>o</sup> die similiter et in III.<sup>o</sup> die calumpniator et iusticia ville et vicarius regis tunc ad portam suam veniant et vocent eum. Si noluerit venire sine voce in domum suam intrent et quantum fuerit directum accipiant.
- [30]
- [30]
- [31] Si quis contra aliquem cum mala voluntate ferrum molitum in vico vel in campo traxerit si duos vel tres testes
- [41] Si aliquis homo dixerit vicino suo malo animo traditorem aut seruum aut majorum nominum aut ceguillo sabido percutiat eum semel cum quo tenuerit et si vivus aut mortatatis inde evaserit nichil inde pectet, et si percusus eum percuserit, si centum aut mille eum percuserint nichil inde pectent.
- [12] Maiorini aut sagiones non intrent in domo alicuius accipere pignora si dominus domus receptivum fidiatorem dedit et si fidiatorem recipere noluerit et pignora per vim accepit et percusus ibi fuerit non pectet aliquam calumpniam. Et si fidiatorem non presentaverit et pignum revelaverit maiorini aut sagio det duos testes et alia die pignorare eum per quinque solidis.
- [13] Qui debitum presente maiorino aut sagione debitori suo recognoverit aut statim debitum reddat aut pignora querulo quae tantum valeant tribuat et donec debitum redit in unaquaque die pignora cum sagione accipiat.
- [14] Qui negaverit debitum quod debet puniant eum ut faciant directum et iste det fidiatorem aut recipiat sua pignora.
- [15] Quicumque fidiatorem receptivum revelaverit et pignum maiorino aut sagioni non dederit per quatuor dies hoc fecerit tot diebus pectet quinque solidos.
- [19] Qui arma traxerit de domo contra vicinum suum ad malefaciendum pectet domino de isto burgo viginti

- habuerit vicarius LX.<sup>a</sup> solidos ei reddat. Si homicida cognitus fuerit et de concilio ei concessum fuerit et nudum ferrum portaverit nichil pariat.
- [32] Domus uniuscuiusque vestrum sit cautada in sex mille solidos. Si quis eam iniuste dirumperit componat eam domno domus cum D solidos.
- [32]
- [32]
- [32]
- [32]
- [32]
- solidos. Et si multi duxerint arma unus pro omnibus det fidiatores in quinque solidos et qui convictus pectet domino de Ripa Avie viginti solidos.
- [11] Qui per vim alienam domum irrupit pectet domimo de isto burgo solidos viginti et domino domus alios viginti et item livores et damnum quod fecerit.
- [20] Et si vicinus vicino suo domum per iudicium quesierit dent ambo fidiatoris in quadraginta solidos et qui per iudicium ex eis ceciderit domino de isto burgo viginti solidos pectet.
- [21] Et si aliquis disforaneus habitatori de Ripa Avie domum quesierit det fidiatores domino de isto burgo in viginti solidos et domino domus in duplo tali casa et dominus domus det fidiatores in viginti solidos domino de isto burgo. Et si ille qui domum querit ceciderit det solidos viginti domino de isto burgo et domino domus det alias tales casas in villa de Ripa Avie.
- [22] Et quodcumque iudicium fuerit faciendum super pignora quod aliquis deforaneus habitatori de isto burgo quesierit non exeant extra villam ad iudicium sed in ipsa villa compleant iudicium super ipsa pignora.
- [23] Et qui falsam pesquisicionem dixerit amplius non sit legalis pectet domino de isto burgo viginti solidos, et dominus vocis tormet se ad suam vocem.
- [25] Treguas per forum ville sunt tales ex utraque parte seditionis dent fiadores in mille solidos et qui eas fregerit amputent ei pugnus dexter et de istis mille solidis dominus de isto burgo habeat quingentos solidos de quibus

- det centum solidos percusso et pugnus sit in potestate concilii.
- [33] Vicinus qui inter vos morari venerit I solidum reddat, VI denarios iudicibus ville et VI denarios domino terre.
- [33]
- [34] Si quis homo venerit, quod non credo, qui hanc cartam meam infringere voluerit sit maledictus et excommunicatus usque in eternum et perdat fidem Christi et rationem paradisi. Et non audiat dominicam vocem dicentem *Venite benedicti*, sed audiat vocem *Discedite maledicti in ignem eternum*, et cetera.
- [35] Ego rex Alfonsus Portugalie una cum filio meo rege Sancio et supra dictis filiabus meis vobis habitatores de Melgacio hanc cartam et hoc scriptum propria manu roboro et confirmo.
- [35]
- [36] Facta venditionis carta et donationis sub Era M.<sup>a</sup> CC.<sup>a</sup> VIII<sup>a</sup>.<sup>a</sup> et q<sup>o</sup>tum XII Kalendas Augusti<sup>16</sup>.
- [37] Domnus Valascus maiordomus curie ts., Godinus Bracarensis archiepiscopus conf., Fernandus Portugalensis
- [06] Et quicumque nobilis aut cuiuslibet dignitatis in villa de Ripa Avie in propria aut aliena domo habitaverit ipse et qui cum eo fuerit habeant forum sicut unus de vicinis.
- [07] Et si aliquis in domo alicuius hominis de Ripa Avie per forciam hospitari voluerit dominus domus cum vicinis suis eiiciant eum foras et si exire noluerit et ibi percussus fuit non pectet proinde calumpniam.
- [45] Et hoc meum factum semper sit firmum. Si vero aliquis homo hoc meum factum irrumpere temptaverit sit maledictus et excommunicatus et cum Iuda proditore Domini in inferno dampnatus et insuper pectet decem milia morabetinos.
- [47] Ego Rex Fernandus Hispanie constringo omnes malos foros quos habebatis et concedo vobis hos bonos foros Sancti Facundi
- [48] et hanc kartam quam fieri iussi propria manu mea roboro atque confirmo — Fernandus Dei gracia Legionensis Co. Rex.
- [46] Facta karta in Allariz XVI Kalendas Marcii, era M.CC.II. Rege Fernando Regnante in Toledo et in Legione et in Gallecia.
- [49] Comes Fernandus confirmo - Comes Ramyrus confirmo - Comes Dluarus confirmo - Petrus Episcopus

<sup>16</sup> A data aparece assim indicada em B<sup>1</sup>: *Era MCVX et q<sup>o</sup>tum XX.<sup>o</sup> Kl. Augusti*; em B<sup>2</sup>: *Era MCCVIII et q<sup>o</sup>tum XII Kal aug*; Em C<sup>1</sup>: *Sub Era Milesima CC<sup>o</sup>XX et quotum XII Augusti*.

episcopus conf., Martinus Colimbriensis episcopus conf., Pelagius electus Elbore conf., Iohannes Visensis episcopus conf., Godinus Lamecensis episcopus conf.

- [38] Domnus Petrus Roderici ts., domnus Alfonsus Hermigii ts., domnus Petrus Alfonsi ts., domnus Suarius Venegas ts., Domnus Martinus Pelaiz ts., Petrus Salvadoriz dapifer regis ts., Gunsalvus Fernandiz ts., Nuno Goterriz ts., magister Fernandus ts., magister Dominicus ts., Meem Gonsalviz. ts., Rodericus Honoriguiz ts.
- [39] Julianus notarius curie.
- [39]
- [39]
- [40] Ego Alfonsus II.us Dei gratia Portugallensis rex una cum uxore mea regina domna Urraca et filiis nostris infantibus domno Sancio et domno Alfonso et domno Fernando et domna Alionor roboro et confirmo uobis habitatoribus de Melgacio cartam illam quam auus meus rex domnus Alfonsus excellentissime memorie uobis fecit, cuius carte tenor in hac pagina uerbo ad uerbum continetur, et concedo uobis forum quod ipse uobis dedit.
- [41] Et ut concessio et confirmatio mea maius robur obtineant et ut uos per uestram cartam et per uestrum forum
- Auriensis confirmo - Petrus Electus Sancyi Jacobi confirmo - Joannus Lucensis Episcopus confirmo - Joannus Lucensis Episcopus confirmo - Suerus Kauriensis Episcopus confirmo - Gundisalvus Ouetensis Episcopus confirmo.
- [50] Pellagius Abbas Cellenouensis confirmo - Abbas Garcia de Ossaria confirmo - Abbas Sancius Tamatensis confirmo - Joannus Arie confirmo - Fernandus Oduarii confirmo - Menendus Faian confirmo - Velascus Menendi confirmo - Menendus Abbas confirmo - Nuno Fernandi confirmo.
- [51] Rudericus Fernandi, Cancellarius Domini Regis Fernandi confirmo.
- [52] [Ao fundo, do lado esquerdo do pergaminho:] Fernandus Petri, Magister Martinus, Magister Iullelmus, Fernandus Zapatario. Isti burgenses pro consillio suo et autoritate sui concilii pecierunt istum forum Domino Regis Fernandi.
- [53] [À direita:] Burgenses de Allariz nunquam dent portaticus in Rippa Avie.

semper sitis iudicati et quod nemini sit  
licitum uos de uestra carta et de uestro  
foro deitare. precepi fieri istam  
cartam et meo sigillo plumbeo  
communiri.

[42] Que fuit facta apud Sanctum Iacobum  
mense Augusto Era M.<sup>a</sup> CC.<sup>a</sup> L.<sup>a</sup> VII.<sup>a</sup>.  
Ego rex domnus Alfonsus et regina  
uxor mea et filii nostri supra nominati  
qui hanc cartam confirmationis fieri  
precepimus coram subscriptis eam  
roborauimus et in ea hec signa apponi  
fecimus + + + + + .

[43] Qui affuerunt: Domnus Martinus  
Iohannis signifer regis conf., Domnus  
Petrus Iohannis maior domus curie  
conf., Domnus Gonsaluus Menendiz,  
Domnus Egidius Valasquiz, Domnus  
Garsia Menendiz, Domnus Rodericus  
Menendiz, Domnus Valascus Menen-  
diz, Domnus Petrus Garsie, Domnus  
Martintis Petri, Domnus Poncius  
Alfonsi, Domnus Lopus Alfonsi conf.,

[44] Domnus Stephanus Bracarensis  
archiepiscopus conf., Domnus Mar-  
tinus Portugalensis episcopus, Domnus  
Petrus Colimbriensis episcopus,  
Domnus Suarius Ulixbonensis episco-  
pus, Domnus Suarius Elborensis epis-  
copus, Domnus Pelagius episcopus,  
Domnus Bartolomeus Visensis epis-  
copus, Domnus Martinus Egitanien-  
sis episcopus conf.,

[45] Magister Pelagius cantor Portuga-  
lensis, Martinus Petri, Petrus Petri,  
Petrus Garsie, Vincencius Menendiz,  
Iohanninus ts.,

[46] Gonsaluus Menendi cancellarius,

[47] Dominicus Petri scripsit.



2

1258.04.29.Braga

**- D. Afonso III outorga novo foral a Melgaço**A<sup>1</sup> - A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, fl. 27 v.º;A<sup>2</sup> - *Bens dos Próprios de El-Rei*, Liv. III, fl. 11.

Publicado em *Portugaliae Monumenta Histórica. Leges et Consuetudines*, Lisboa, 1856, p. 684-685.

- [1] In Christi nomine et eius gratia. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod ego Alfonsus Dei gratia rex Portugalensis et Comes Boloniae una cum uxore mea regina domna Beatrice illustris Regis Castelle et Legionis filia,
- [2] facio cartam de foro vobis populatoribus de Melgaço presentibus et futuris.
- [3] Et do et concedo vobis ipsam meam villam de Melgazo ad populandum ad forum; et mando quod sitis in ipsa villa trescenti et quinquaginta populatores; et vos et omnes successores vestri detis minhi et omnibus successoribus meis annuatim trescentos et quinquaginta morabitanos ad tercias anni pro omnibus iuribus, foris et calumpniis que inferius sunt scripta.
- [4] Et recipiatis in ipsa villa meum Riquim hominem qui tenuerit ipsam terram, et expendat ibi suos denarios, et nullum malum nec forciam vobis faciat in vestra villa, nec filiet vobis aliquid contra vestram voluntatem;
- [5] et ego debeo mittere Pretorem qui faciat mihi menagium de ipso meo castello; et ipse pretor debet custodire ipsum Castellum, et non facer vobis malum, neque forciam, nec habeat nobiscum aliquid ad videndum in vestra villa, nec in vestro concilio, nisi ad ea que ipsum volueritis vocare;
- [6] et habeatis ipsam villam de Melgaço cum omnibus suis terminis et divisionibus novis et antiquis, per ubi eos melius potueritis invenire de jure.
- [7] Et in omnibus aliis rebus preterea que superius sunt scripta, do vobis forum de Monçon, quod talis est:
- [8] In primis, concedo vobis ut non detis pro homicidio nisi trescentos solidos in apreciadura; et de illis trescentis solidis detis inde septimam ad palatium per manum iudicis.

- [9] Et in aliquo preyto vel in aliqua calumpnia non intret meus meyrinus nisi iudex de vestro concilio.
- [10] Et tertia pars de vestro concilio faciat fossatum, et alie due partes stent in vestra villa; et de illa tertia que debuerit facere fossatum, ille qui ibi non fuerit pectet pro fossadaria quinque solidos in apreciadura; et non faciatis fossatum nisi cum domino vestro una vice in anno, nisi fuerit per beneplacitum vestrum.
- [11] Et clerici et pedones non faciant fossatum.
- [12] Et non intrent ibi nuncium neque maneria de aliquo homine de Melgaço.
- [13] Et qui in termino de Melgaço filiam alienam rapuerit contra suam voluntatem, pectet ad palatium trecentos solidos, et exeat pro homicida.
- [14] Et si aliquis inter vos in mercato aut in ecclesia aut in concilio preconato percusserit suum vicinum pectet sexaginta solidos ad concilium, et sit inde septima de palatio, per manum iudicis.
- [15] Et de quolibet furto, dominus furti recipiat suum cabum, et alias octo partes dividat cum iudice per medium.
- [16] Et ille qui domum fecerit aut vineam aut hereditatem suam honoraverit, et uno anno in illa sederit, si postea in alia terra habitare voluerit, serviat ei sua hereditas ubicunque habitaverit. Et si illam voluerit vendere, vendat per forum de vestra villa cui voluerit.
- [17] Et homines de Melgazo qui debuerint facere iuditium aut aiunctam cum hominibus de aliis terris, habeant illud in capite suorum terminorum.
- [18] Do vobis pro foro quod miles de Melgazo stet pro infanzone de toto meo regno in iudicio et in iuramento, et vincat um duobus iuratoribus.
- [19] Et pedes stet pro milite villano de totis terris meis in iudicio et in iuramento, et vincat cum duobus iuratoribus.
- [20] Et homines qui de suis terris exierint cum homicidio aut cum muliere rozada vel cum aliqua qualibet calumpnia excepto quod non ducat mulierem alienam de benedictionibus, et fecerit se vassallum de aliquo homine de Melgazo, sit liber et defensus per forum de Melgazo.
- [21] Et si homo de alia qualibet terra venerit cum inimicia aut cum pignora postquam in termino de Melgazo intraverit, si inimicus eius post ipsum introiret, et ei pignus abstulerit aut aliquid malum ei fecerit, pectet domino qui tenuerit Melgazo quingentos solidos, et duplet pignus ei cui abstulerit et livores quos fecerit.

- [22] Et qui hominem de Melgazo pignoraverit, et ante non pecierit directum in concilio vestro, pectet ad palatium sexaginta solidos, et duplet pignoram illi cui abstulerit.
- [23] Et homo de alia terra qui militem de Melgazo descavalgaverit pectet sexaginta solidos. Et homo de Melgazo qui militem de alia terra descavalgaverit, pectet quinque solidos.
- [24] Et si homo de alia terra apprehenderit hominem de Melgazo et eum in prisonem miserit, pectet trescentos solidos. Et si homo de Melgazo apprehenderit hominem de alia terra, pectet quinque solidos.
- [25] Et si homo de Melgazo pro aliqua fiadoria non fuerit requisitus per medium annum, sit liber de illa; et si mortuus fuerit, uxor et filii sui sint liberi de illa.
- [26] Et homines de Melgazo non solvant pignora pro domino de Melgazo, neque pro meyrino neque sint pignorati pro suo vicino.
- [27] Et milites de Melgazo neque mulieres vidue non dent pausadam per forum de Melgazo, nisi pedones per manum iudicis, usque ad tercium diem.
- [28] Et homines de vestris terminis vel de aliis terris qui sederint in vestras hereditates aut in vestros solares, et domini eorum non fuerint ibi, veniant ad signum de iudice, et dent fideiussores quod stent et respondeant ad directum quando venerint domini sui;
- [29] et si fecerint calumpniam, pectent eam dominis suis et septimam ad palatium; et non serviant ad alium hominem nisi ad dominos suos in quorum solares sedent.
- [30] Et senara et vinee domini regis habeant tale forum quale senare et vinee vestre habuerint.
- [31] Qui vicinum suum occiderit, et in domo sua fugerit, qui post illum intraverit, et ibi eum mactaverit, pectet trescentos solidos.
- [32] Et qui mulierem forciaverit et ipsa voces mittendo venerit, si ipse cum duodecim non potuerit se salvare, pectet trescentos solidos.
- [33] Et qui mulierem alienam percusserit, pectet ad suum maritum triginta solidos, et septimam ad palacium.
- [34] Et homo de Melgazo qui fideiussores dare voluerint pro intentione de qua illum inquietaverint, et dederint duos homines fideiussores, et ipse tercius, si ille qui eum inquietaverit non voluerit recipere fideiussores, et postea eum mactaverit, totum concilium pectet homicidium suis parentibus.

- [35] Et palatium domini regis et palatium episcopi habeant calumpniam; et tota villa habeat unum forum.
- [36] Et homo de Monzon qui fideiussor intraverit, si contemptor eum non liberaverit, qualem fideiussoriam fecerit talem pectet; et si habuerit illum suum intentorem, mictat illum pro se et exeat ipse de fideiussoria.
- [37] Et de suspecta de decem solidis ad minus, iuret cum uno vicino qualem habuerit; et de decem solidis et supra iuret cum duobus vicinis.
- [38] Et homo de Melgazo qui se tornare voluerit ad alium dominum ut ei benefaciat, sua casa et sua hereditas et uxor sua, et filii sui, sint liberi et soluti per forum de Melgazo.
- [39] Do eciam vobis pro foro ut non habeatis alium dominum nisi me regem et uxorem meam et filios nostros.<sup>17</sup>
- [40] Et homo de Melgazo qui habuerit mulierem ad benedictiones, si eam leyxaverit pectet unum denarium ad iudicem. Et si mulier leyxaverit suum maritum quem habet ad benedictiones, pectet trecentos solidos, medietatem ad suum maritum et medietatem ad palatium.
- [41] Et qui diruperit casam cum lanceis et cum scutis de la porta a dentro, pectet trecentos solidos, medietatem ad dominum de ipsa casa, et medietatem ad palatium.
- [42] Et si percusserit suum vicinum cum spata, pectet quadraginta solidos, et septimam ad palatium. Et qui percusserit suum vicinum cum lancea et exierit de una parte ad aliam, pectet viginti solidos et septimam ad palatium; et si non exierit ad aliam partem, pectet decem solidos. Et plaga unde ossa exierint pro unoquoque osso, pectet decem solidos et septimam ad palatium; et de alia plaga quinque solidos, et septimam ad palatium.
- [43] Et pro tota pignora sive sit de palatio sive sit de concilio, recipiant fideiussorem pro ad forum.
- [44] Et concedo vobis quod non habeant defensam neque montem neque palagum nisi de toto concilio.<sup>18</sup>
- [45] Et nullus accipiat montaticum de ganatis de Melgazo.

---

<sup>17</sup> Faltam, como no de Monção, as seguintes cláusulas do foral de Valença: «Et homo de Contrasta qui fuerit exheredatus et per manum suam non pectaverit suam hereditatem, vadat illam accipere sine aliqua calumpnia. Et homo de Contrasta qui habuerit hereditatem in alia terra non fatiat fossatum nisi per forum de Contrasta ».

<sup>18</sup> Falta, como no de Monção, a seguinte cláusula do foral de Valença: « Et montadigo de extremo de Contrasta accipiant illud milites de Contrasta cum domino suo, et habeant inde terciam partem ».

- [46] Et homines de Melgazo non dent portaticum in toto meo regno.
- [47] Et mando quod accipiant portaticum in Melgazo, scilicet, de carrega de peon tres medalias, et de caballo unum solidum, et de mulo unum solidum, et de bove sex denarios.
- [48] Et de toto portatico qui venerit ad Melgazum, hospes ubi pausaverit terciam partem, et portarius accipiat duas partes.
- [49] Et vicinus de Melgazo non respondeat sine rancoroso.
- [50] Totas istas intentiones iudicent<sup>19</sup> alcaldes de villa vestra per suam cartam. Et alias intenciones iudicent secundum arbitrium bonorum hominum.
- [51] Et ego supradictus Rex Portugalie et comes Bolon. una cum uxore mea Regina domna Beatrice illustris regis Castelle et Legionis filia, do et concedo vobis supradictis populatoribus de Melgazo
- [52] quod pro portatico, calumpniis, foris et pro omibus meis rendis et directuris supradictis de predicta villa de Melgazo detis vos et omnes successores vestri mihi et omnibus sucessoribus meis quolibet anno prefactos trecentos et quinquaginta morabitanos veteres ad tercias anni, et et dent eos extra villam de Melgazo.
- [53] Et recipiatis ricum hominem meum qui tenuerit ipsam terram in vestra villa sicut superius dictum est;
- [54] et nec ricus homo nec pretor qui de me tenuerit ipsum castellum de Melgazo non faciant vobis in vestra villa nec in vestris terminis malum neque forciam neque tortum, nec capiant ibi aliquid de vestro contra vestram voluntatem. sed expendant ibi suos denarios quando ibi fuerint.
- [55] In cuius rei testimonium do vobis istam meam cartam apertam.
- [56] Datum Brachare, III.º kalendas Madii, Rege Mandante, Era M.ª CC.ª LXXX.ª VI.ª
- [57] Domnus Gonsalvus Garsie alferaz Curie, Domnus Egidius Martini maiordomus curie, Domnus Martinus Alfonsi tenens Braganciam, Domnus Andreas Fernandi tenens Ripam Minii, Domnus Alfonsus Lupi tenens Sausam, Domnus Didacus Lupi tenens Lamecum, Domnus Petrus Poncii tenens Bayam, Martinus Egidii tenens Transserram, Domnus Gonsalvus Mendi tenens Panoyas, confirmant.
- [58] Domnus Martinus Archiepiscopus Bracharensis, Domnus Arias Ulixbonensis Episcopus, Domnus Egeas Episcopus Colimbriensis, Domnus Julianus Portugalensis, Domnus Rodericus Episcopus Egitanensis, Domnus Martinus Elborensis Episcopus, Domnus Matheus Electus Visensis, Ecclesia Lamecensis vacabat tunc temporis, confirmant.

---

<sup>19</sup> No manuscrito (A<sup>1</sup>), por lapso do escriba: iudices.

- [59] Domnus Menendus Suerii de Merloo test., Domnus Johannes de Avoyno test., Fernandus Fernandi Cogominus test., Petrus Martinus Petarinus test., Petrus Martini quondam Superiudex test., Domnus Rodericus Martini Comendator test., Rodericus Iohannis Magister Scholarum tudensis test.
- [59] Stephanus Johannis cancellarius curie conf.
- [60] Testes Domnus Menendus Suarii, Johannes Conelius test., Petrus Martini Petarinus, Rodericus Petri superiudex, Lopus Roderici vice maiordomus, Johannes Fernandi vice cancellarius, testes.
- [61] Dominicus Petri notarius curie scripsit.